

Entre a “Velha” e a “Nova” Ciência Política: Continuidade e Renovação Acadêmica na Primeira Década da Revista DADOS (1966-1976)

Christian Edward Cyril Lynch

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação Casa de Rui Barbosa,
Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: clynch@iesp.uerj.br

INTRODUÇÃO

A Ciência Política brasileira celebrou o cinquentenário de sua institucionalização em 2015. A fim de festejar de modo condigno a efeméride e expressar o seu sentimento de amadurecimento e consolidação, a associação que a representa encomendou a bela coletânea destinada a recordar aquela trajetória e descrever o seu estado atual. A verdade é que *A Ciência Política: 1960-2015* (Avritzer, Braga e Milani, 2016) foi o ponto alto de uma série de estudos voltados para a descrição do campo de estudos relativo à área como um todo, ou para alguns de seus aspectos, que foram realizados nos últimos anos. Alguns deles têm se interessado por historiar a forma por que a Ciência Política se construiu e desenvolveu. Embora haja bibliografia razoável sobre o momento de criação dos dois primeiros programas de Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) (Forjaz, 1996; Leite, 2010), há menor produção relativa ao que aconteceu depois. Em todos os casos, limitados pelo formato de artigo ou capítulo de livro, os autores foram obrigados a oscilar entre abordagens panorâmicas, produzidas por análises bibliométricas, ou focalizadas em uma única área temática (Marenco, 2014; Amorim Neto e Santos, 2015; Almeida, Freitas e Limongi, 2016; Lynch,

DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 60, nº 3, 2017, pp. 663 a 702.

2016). Instigado a oferecer em um artigo uma visão qualitativa da Ciência Política publicada nas páginas da Revista DADOS no último meio século, a fim de comemorar seu aniversário, o autor preferiu limitar-se aos dez primeiros anos do periódico, na expectativa de que o estreitamento do foco permitisse esclarecer os condicionamentos institucionais e intelectuais de nossa Ciência Política em seu momento fundante. A expectativa não se frustrou.

Em primeiro lugar, a análise revelou o contexto institucional da revista, que foi aquele de fundação do antigo IUPERJ (1965) e, depois, de seu programa de pós-graduação em Ciência Política (1969). DADOS era uma revista do IUPERJ no sentido mais elementar da expressão, fundada com a missão primária de veicular as atividades do instituto (palestras, editais de seleção, regulamentos) e suas investigações (artigos, notas de pesquisa, resenhas de livros, cronologias). Em segundo lugar, DADOS vinha ao mundo em uma época nebulosa, sob o signo da transição da democracia à ditadura; do subdesenvolvimento para a modernidade periférica; da hegemonia intelectual europeia para aquela de matriz estadunidense. Seus fundadores esperavam que o periódico conciliasse a tradição da “velha Ciência Política”, ensaísta e nacionalista com as tendências da “nova Ciência Política”, profissional e empírica que despontava no horizonte brasileiro (Lynch, 2016). Transitava-se da *velha Ciência Política* ensaística, centrada na interpretação geral do processo em longa duração e a análise de conjuntura, focada no desenvolvimento e salientando o papel da *intelligentsia*, com fins prospectivos de intervenção no debate público, para a *nova Ciência Política*, assim considerada por seus defensores, porque mais rigorosa e segmentada, especializada e focada na discussão teórico-científica. Em terceiro lugar, o estudo revelou também que, ao contrário do que se poderia supor, a adesão a métodos mais rigorosos de pesquisa por parte da nova geração da Ciência Política não a alienou das questões públicas. Muito pelo contrário, seus membros acreditavam que o maior rigor científico lhes capacitava a melhor interpelar a difícil realidade do autoritarismo tecnocrático sob o qual viviam e, por conseguinte, a criticá-la. Não apenas não abdicavam de sua função intelectual crítica, como julgavam elevá-la a um patamar superior de autoridade científica do que seus antecessores da “velha Ciência Política”, mas também contemporâneos seus, como os intelectuais comunistas e os sociólogos uspianos.

O artigo se divide em duas partes principais. A primeira começa em 1966 sob o império da Sociologia do Desenvolvimento e da ascendên-

cia de Candido Mendes e se encerra em torno de 1969/1970, devido ao aprofundamento do regime autoritário, à mudança da sede do IUPERJ e à fundação da pós-graduação em Ciência Política. A segunda parte vai de 1970 a 1976 e revela os desdobramentos formais e substantivos daquelas transformações. Espera-se que o presente artigo sirva de incentivo para uma futura *história intelectual da Ciência Política brasileira*, baseada no estudo das linhas de pesquisa dos principais programas de pós-graduação e dos trabalhos apresentados desde os primeiros encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e dos artigos publicados nos principais periódicos que veicularam sua produção. Uma obra como esta, que reconstituísse os debates substantivos e as controvérsias teórico-metodológicas da área, forneceria aos cientistas políticos uma visão de conjunto do desenvolvimento da área como um todo e de cada uma de suas áreas temáticas, elencando os pesquisadores e as pesquisas mais relevantes e as respectivas obras a serem lidas e consultadas.

PRIMEIRA FASE (1966-1970): CONCILIAÇÃO DE GERAÇÕES, LATINO-AMERICANISMO E SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

DADOS começou a circular no período cinzento iniciado com o golpe militar de 31 de março (1964) e que terminou com a decretação do Ato Institucional nº 5 (1968), marcado por certa indefinição sobre as possibilidades de eventual retorno à democracia ou de endurecimento do regime, de um lado, e adoção de modelos econômicos de austeridade ou desenvolvimento, de outro. Apoiado pela maioria do Congresso Nacional, o governo do marechal Castelo Branco tergiversava em seu intento inicial de devolver assim que possível o governo aos civis. Justificavam-se as medidas de exceção representadas pelos dois primeiros atos institucionais na necessidade de salvaguardar o regime democrático contra a corrupção administrativa e a ameaça do comunismo, que dominava o imaginário depois da Revolução Cubana. Entre as principais medidas discricionárias adotadas em nome da “legitimidade revolucionária” estavam a cassação das principais lideranças políticas do país (Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek); a instalação de inquéritos policial-militares visando à intimidação da intelectualidade de esquerda associada ao trabalhismo e ao comunismo; e a substituição do multipartidarismo por um sistema bipartidário. As eleições presidenciais que teriam lugar em 1965 acabaram adiadas para 1967 e decidiu-se que elas se dariam pela via indireta; da mesma

forma, o governo apresentaria naquele ano um projeto de nova constituição a ser deliberado e votado pelo Congresso Nacional. Do ponto de vista econômico, dava-se combate à escalada inflacionária por meio de medidas liberais ortodoxas, que contrastavam com a preferência até então conferida ao desenvolvimentismo. Em suma, a despeito de seu caráter excepcional, o *governo militar* de Castelo Branco e, depois, de Costa e Silva ainda não era percebido pelo conjunto da sociedade como um *regime autoritário com ânimo de permanência*, o que aconteceria apenas com a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, e da primeira emenda à Constituição de 1967, em 1969. Era a época em que, com certo anacronismo retrospectivo, um jornalista político contemporâneo consagrou como a da “ditadura envergonhada” (Gaspari, 2002).

O caráter indefinido do período que vai de 1966 a 1969 ajuda a compreender o contexto intelectual do final da década, ainda orientado em grande medida pelo repertório do período imediatamente anterior. Do ponto de vista temático, tratava-se de uma época que

se abre sob o signo da “estagnação” e se encerra sob o da dependência. Já não há evolucionismo no qual o intelectual possa se basear para construir, por conta da sociedade, a representação da unidade nacional. Já não há povo do qual possa pretender ser a emanação. Já não há operação ideológica pela qual se possa alçar de repente ao plano do interesse geral (Pécaut, 1990:254).

O debate se dava então sobretudo por meio de livros de grande apelo publicados por editoras comerciais sediadas no Rio de Janeiro (Civilização Brasileira, Zahar, Tempo Brasileiro, Paz e Terra) e em São Paulo (Brasiliense, Difusão Europeia do Livro, Perspectiva, Ática). No que diz respeito às revistas, o principal periódico era a *Revista Civilização Brasileira*, editada por Ênio da Silveira, cujos artigos versavam sobre “desenvolvimento nacional, defesa da cultura nacional, emancipação política como resultado do desenvolvimento: a trilogia anterior continua na ordem do dia” (Pécaut, 1990:209). Mas a *Civilização Brasileira* não era uma revista propriamente científica. Entre os periódicos especializados em Ciências Sociais, destacavam-se a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (DCP/UFMG, 1957), a *Revista de Direito Público e Ciência Política* (IDPCP/FGV, 1958); a *Revista de Ciências Sociais* (FNFi/Universidade do Brasil, 1958), a *Tempo Brasileiro* (1961), a *América Latina* (CLAPCS, 1962), a *Afro-Ásia* (UFBA/CEAO, 1965) e a *Revista de Administração Pública* (FGV, 1967). É neste cenário político e intelectual que a

Revista DADOS começa a ser publicada pelo antigo IUPERJ com uma tentativa de renovação da tradição do pensamento social e político brasileiro pela via da especialização empírica, conforme os padrões universitários norte-americanos.

A REVISTA DADOS NO CONTEXTO DE FUNDAÇÃO DO ANTIGO IUPERJ

A fundação da Revista DADOS em 1966 e o seu perfil como periódico são indissociáveis do contexto de criação do antigo IUPERJ, atual IESP-UERJ, no ano anterior. O instituto funcionava nas dependências do edifício do antigo Convento do Carmo, na Praça Quinze de Novembro 101, no centro do Rio de Janeiro, como as demais instalações da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI). Seu fundador, Candido Mendes de Almeida, pretendia alcançar dois objetivos.

O primeiro era que o novo centro ocupasse o vazio deixado na cena intelectual do país desde a extinção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) por ocasião do golpe militar de 1964. Partindo do reconhecimento da condição periférica do Brasil e de sua especificidade no contexto latino-americano, aqueles intelectuais quiseram romper a dependência com a Europa e com os Estados Unidos para teorizar de modo menos dependente os problemas nacionais. Reunindo o que havia de mais notável da *intelligentsia* brasileira, o ISEB se destacara como a principal arena de discussão dos temas nacionais, buscando formular uma orientação política global de índole nacionalista capaz de promover o desenvolvimento do Brasil (Toledo, 1997). No intuito de reatar com aquele pensamento, Candido Mendes – um ex-isebiano – chamou para integrar o IUPERJ o próprio Hélio Jaguaribe, intelectual responsável pela elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista e fundador do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que havia sido o primeiro núcleo do ISEB. Outros três pesquisadores convidados por Candido Mendes para o IUPERJ também haviam pertencido aos quadros do extinto instituto, embora em sua última fase: Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins e Cesar Guimarães. Formados em Filosofia na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), os dois primeiros tinham sido assistentes do último diretor do ISEB, Álvaro Vieira Pinto. Era a partir desse núcleo inicial, a que se juntava ele mesmo, que Candido Mendes esperava que o novo centro desse seguimento à tradição “do nosso pensamento social”, completando “o diagnóstico e a teoria dos grandes configuradores desta sociedade” (Mendes, 1966:4).

Se o primeiro objetivo de Candido Mendes se vinculava, assim, à tradição da “velha Ciência Política brasileira”, o segundo deles tinha o propósito inverso. Por meio de dotações orçamentárias generosas e bolsas de estudo de mestrado e doutorado nos Estados Unidos, a Fundação Ford tencionava apoiar no Brasil a criação de institutos comprometidos com a produção de uma ciência política empiricamente orientada e já tinha celebrado convênio com a UFMG. Assim, a fim de tornar o IUPERJ um parceiro atraente para um convênio daquele tipo, era preciso que o novo centro também estivesse comprometido com uma ciência social empiricamente orientada (Reis, 1993). Para tanto, Candido Mendes recrutou também jovens treinados em teoria, técnicas de *survey* e métodos quantitativos. Esses jovens compuseram a parte mais expressiva daquilo que, neste artigo, denominarei “a nova geração”. No Rio de Janeiro, foram convocados bacharéis e licenciados em Ciências Sociais pela Universidade do Brasil e pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), como Aspásia Camargo e Ana Lúcia Malan. De Minas Gerais vieram pesquisadores e futuros professores como Bolívar Lamounier, Renato Boschi, Amaury de Souza, Olavo Brasil de Lima Jr. e Edmundo Campos, a maioria dos quais graduada em Sociologia e Política na UFMG. Em suma, o IUPERJ idealizado por Candido Mendes serviria de ponte entre a antiga e a nova Ciência Política brasileira: daria sequência à tradição isebiana de uma *intelligentsia* preocupada com os destinos e o desenvolvimento nacionais, incorporando, porém, teorias e métodos próprios da Ciência Social norte-americana, empiricamente orientada.

Em seus primeiros quatro anos, o IUPERJ funcionou nas dependências da própria SBI. Seus professores ofereciam dois cursos de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política e Desenvolvimento, com turmas de 15 alunos selecionados em prova que exigia conhecimentos gerais de Sociologia e Ciência Política, instituições políticas brasileiras, noções básicas de estatística e metodologia, e inglês. As pesquisas em curso espelhavam também a temática do desenvolvimento. Eram elas: *Elites e desenvolvimento* (dirigida por Carlos Hasenbalg e Edmundo Campos Coelho, dela participando Eli Diniz, Maria Regina Soares de Lima, Fernando Costa); *Empresários brasileiros e filantropia* (Vilma Figueiredo e Ana Lúcia Malan); *Estruturas subnacionais e mobilização política no Brasil* (Bolívar Lamounier e Lúcia Maria Gaspar Gomes); *Aspirações dos estudantes secundários da Guanabara* (Sonia Camargo, Flora Abreu Henrique da Costa, Louk de la Rive Box, Maria Isabel Valladolid);

Elites artísticas e comunicação de massa (Paulo Thiago Paes de Oliveira); *Carreira de advogado no Brasil* (Bolívar Lamounier, Lúcia Maria Gaspar Gomes e Olavo Brasil de Lima Jr); *Populações faveladas do Rio de Janeiro* (Renato Boschi e Rose Ingrid Goldschmidt). Das vinte conferências proferidas por professores de diversas universidades estrangeiras, especialmente norte-americanas – Princeton, MIT, Vanderbilt, Columbia, Harvard – praticamente todas se ocupavam igualmente do desenvolvimento, versando sobre a modernização política, o papel dos militares, tipologias de poder moderno e tradicional, papéis e tipos de elites políticas, planejamento econômico. Os convidados internacionais de Candido Mendes eram todos nomes consagrados, como Edgar Morin, Gunnar Myrdal, Alex Inkelles e Karl Deutsch¹.

Nesse contexto institucional a revista DADOS começou a ser publicada. Editada por Cesar Guimarães e Bolívar Lamounier em seus primeiros anos, sua redação funcionava também nas dependências da SBI. A revista veiculava a produção dos professores e pesquisadores do instituto, na forma de artigos, notas de pesquisas e resenhas, noticiando seus cursos, suas palestras e pesquisas em andamento. Dos 40 artigos publicados no primeiro período (1966-1969), 25 eram da lavra de pesquisadores seus, como Candido Mendes, Hélio Jaguaribe, Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Bolívar Lamounier, Alaor Passos, Carlos Hasenbalg, Simon Schwartzman, Aspásia Camargo e Lúcia Maria Gaspar Gomes. A revista dispunha de uma seção de resenhas de livros, cujos autores eram também todos iuperjianos. O campeão de resenhas era Bolívar Lamounier, responsável por um terço delas, seguido por Amaury de Souza e Edmundo Campos. Os autores externos à casa que publicavam artigos a convite eram sumidades como Torcuato Di Tella, Shmuel Eisenstadt e Albert Hirschman, sociólogos da Universidade de São Paulo (USP) como Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Leôncio Martins Rodrigues; politólogos da UFMG, como Antônio Octavio Cintra; economistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como Maria da Conceição Tavares, Edmar Bacha, Josef Barat, Frederico Machado de Amorim. Publicavam-se igualmente cronologias, resenhas de livros e bibliografias, que serviam de subsídios às pesquisas em curso. A partir do segundo número, a revista começa a publicar uma seção denominada “Notas de pesquisa”, destinada à divulgação de trabalhos preliminares que pudessem interessar a outros pesquisadores.

DADOS COMO VEÍCULO DA TRANSIÇÃO ENTRE A VELHA E A NOVA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Do ponto de vista intelectual, a linha editorial refletia logicamente o desejo de Candido Mendes de dar continuidade à tradição do pensamento político brasileiro. Se o IUPERJ retomava o tipo de reflexão pública que marcara as atividades do ISEB, DADOS reatava o fio dos *Cadernos do Nosso Tempo*, antiga revista do IBESP, depois ISEB, que entre 1953 e 1956 divulgara o ideário nacional-desenvolvimentista de intelectuais como Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, Hermes Lima e Oscar Lorenzo Fernandez, além dos próprios Hélio Jaguaribe e Candido Mendes. Segundo o fundador do IUPERJ e de DADOS, *Cadernos do Nosso Tempo* “havia sido responsável, mais do que qualquer outra, pelo maior número de hipóteses criadoras que converteram o nosso contínuo social à sua peculiaridade, e deram início a um legítimo esforço de compreensão da realidade brasileira” (Mendes, 1966:4). A revista do IBESP defendera “o esclarecimento ideológico das forças progressistas – burguesia industrial, proletariado e setores técnicos da classe média – e arregimentação política destas forças” (Schwartzman, 1971:4). Também DADOS, portanto, deveria fazer a ponte entre a velha e a nova Ciência Política brasileira. E foi, também, o que ela procurou fazer.

No que diz respeito à tradição nacional-desenvolvimentista, que desde a introdução do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) dera clara prevalência à discussão econômica, a revista tendia a dedicar pelo menos um artigo por número à economia política. No primeiro (1966), Maria da Conceição Tavares retomava o tema clássico do papel da substituição das importações no processo de industrialização da América Latina; no número 2/3 (1967), Fernando Amorim defendia um desenvolvimento que conciliasse a proteção do emprego do trabalhador com a modernização tecnológica; no número 4 (1968), Josef Barat descrevia as características principais do processo de planejamento na Índia, na expectativa de contribuir “para elucidar as deficiências do nosso próprio planejamento” (Barat, 1968:134). O quinto número (1968) trazia artigos de Albert Hirschman sobre a economia política da industrialização latino-americana e de Edmar Bacha sobre a política cafeeira do país nos quinze anos anteriores.

Por outro lado, intelectuais consagrados na década anterior prosseguiram seus exercícios de análise teórica da conjuntura política, típicos

dos *Cadernos do Nosso Tempo*, destacando as possibilidades e limites de ação da *intelligentsia* a que pertenciam. Jaguaribe apostava na organização internacional da intelectualidade para pressionar as potências em torno de uma ordem global voltada para a paz e o desenvolvimento; só uma *intelligentsia* concebida à maneira de Mannheim disporia “de meios e de autoridade para superar as lealdades paroquiais vinculadas a grupos e países interessados em jogos de hegemonia, em benefício de uma visão integrada do mundo”; eram os intelectuais que representavam, “no mundo científico-tecnológico em que vivemos, a unidade espiritual dos homens, acima dos conflitos de interesses, de ideologias e de religiões” (Jagaribe, 1966:158). De modo similar, Torcuato di Tella lamentava a falta uma *intelligentsia* latino-americana autônoma e progressista, sólida e prestigiosa, composta de “professores, pesquisadores, artistas, escritores, jornalistas de certo nível, técnicos de alto gabarito, especialistas e assessores científicos de vários tipos” (Di Tella, 1966:44). Apenas a sua organização em seis ou sete países da região, na forma de dez ou doze organizações similares à CEPAL, poderia dar direção intelectual ao seu processo de desenvolvimento. Ao longo do governo Castelo Branco, Candido Mendes também se dedicou à redação de análises de conjuntura no intuito de

contribuir para o estudo dos paradigmas concernentes ao regime emergente no Brasil a partir da crise do desenvolvimento espontâneo, acelerada no início dos anos 60 e rematada com o movimento militar de abril de 1964 (Mendes, 1969:57).

Sua preocupação principal também era com o destino da antiga *intelligentsia* nacional-desenvolvimentista a que ele pertencera, substituída, segundo ele, por uma elite de poder de natureza tecnocrática, formada pela Escola Superior de Guerra:

Em seguida à perda do momento canônico dos anos 50, e à crise que lhe sucedeu, assumiria o comando do país um regime de elite de poder que suprimia a reflexão social com seu jogo autônomo, e fazia já do governo a realização de uma ideologia prévia, homogênea e altamente acabada. O governo da Escola Superior de Guerra, em 64, teria como seu primeiro ato que fechar o ISEB, em um ato de uma efetiva evicção daquele ator da inteligência brasileira emergente da própria memória social do país. (Mendes, 1968:101)

Se esta era a orientação da geração da “velha Ciência Política” nas páginas da DADOS, algo diversa era aquela seguida pelos representando

tes da “nova”. Embora os temas sobre os quais se debruçavam também se originassem da palheta elaborada na década de 1950, ocupada com o desenvolvimento, a nova geração de autores encarava suas atividades e seu papel na sociedade de modo diverso dos bacharéis humanistas dos *Cadernos do Nosso Tempo*. Os autores da nova geração encontravam-se em processo de formação pós-graduada em centros internacionais como a Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), em Santiago do Chile, ou universidades estadunidenses como o MIT, Stanford, Califórnia e Michigan. Estavam mais preocupados com a definição de seu lugar em uma sociedade na qual o conhecimento político ainda era predominantemente tarefa de bacharéis e jornalistas, ou de colegas de academia cujo trabalho julgavam pouco rigoroso. Viam-se como uma intelectualidade de novo tipo: especialistas cuja função primária não era a de produzir interpretações sobre a realidade global, mas conhecimento político rigorosamente científico, assim considerado em virtude do domínio de teorias e métodos de pesquisa adquiridos ao longo de uma formação técnica. Seria nessa qualidade que eles poderiam um dia virem a exercer funções de intelectualidade pública (como de fato viria a acontecer com alguns deles quando começou a se desenhar a abertura do regime militar). Os novos cientistas ou sociólogos políticos procuraram, portanto, distinguir seu trabalho pela atualidade de seu rigor teórico-metodológico. Quase todos os artigos por eles assinados na DADOS partiam da insuficiência dos modelos teóricos dos países desenvolvidos para explicar o que se passava no Brasil, entendido no contexto da América Latina.

Do ponto de vista teórico, alguns artigos da nova geração transpareciam preocupação com a frouxidão reinante. Particularmente sensíveis eram Wanderley Guilherme e Carlos Estevam, que faziam a ponte da velha geração para a nova, incorporando o rigor científico às antigas preocupações isebianas relativas à necessidade de uma teoria social adaptada ao Brasil, tese de que Guerreiro Ramos se fizera o principal arauto. Em “Construção de Teoria na Ciência Social Brasileira”, Carlos Estevam (doutorando na Universidade de Essex) deplorava a inexistência, em nossa subdesenvolvida Ciência Social,

de um corpo teórico previamente constituído capaz de exercer as funções mínimas que se esperam de toda e qualquer teoria. (...). A carência de integração teórica que prevalece nas Ciências Sociais no Brasil faz com que os próprios investigadores que se beneficiam de marcada orientação empírica se encontrem em situação de não terem como se

conduzir no processo de deduzir hipóteses a serem submetidas ao teste da experiência (Martins, 1966:87).

Sintomática era a apresentação feita por Bolívar Lamounier do quinto número da revista, dedicado ao tema da “sociedade tradicional no Brasil”. Se, por um lado, aquele assunto constituía “uma linha mestra no desenvolvimento da Sociologia e da Ciência Política no Brasil”, por outro, ela encontrava-se ainda subdesenvolvida do ponto de vista da qualidade da reflexão. A causa era dupla: “inércia metodológica” e inexistência de “esforços de sistematização – teórica, terminológica e empírica” (Lamounier, 1968d). Wanderley Guilherme dos Santos sublinhava em “Estudos sobre a Teoria da Demonstração: (I) a Teoria da Agressão de Johan Galtung” a necessidade de se fundar teoricamente a Ciência Social brasileira em princípios de demonstração causal, baseados, não na Filosofia tradicional, mas “no plano das matemáticas”. Este seria “o campo principal onde uma discussão explícita da teoria da demonstração tem sido levada a efeito” (Santos, 1967a:135).

As eventuais veleidades de uma teorização social mais ou menos livre arrefeceram depois de começadas as pós-graduações no exterior. Alguns artigos são expressivos do modo por que alguns autores reagiram ao contato com a Ciência Política estadunidense. Em “O ‘Approach’ Funcional em Sociologia Política”, Bolívar Lamounier (doutorando na Universidade da Califórnia) apresentava uma defesa moderada da abordagem funcionalista de Almond e Coleman. Ela não lhe parecia tão defeituosa quanto acreditavam seus críticos; as acusações de conservadorismo lhe pareciam impróprias do ponto de vista epistemológicos; e, embora reconhecesse seus limites explicativos, destacava sua força heurística e classificatória (Lamounier, 1966:83). O título do artigo falava em “Sociologia Política”, o que sugere que a expressão “Ciência Política” ainda não lhe parecia em voga no Brasil. Menos comportado, Wanderley Guilherme (doutorando na Universidade de Stanford) parecia subverter as expectativas que deveriam nortear as relações entre alunos latino-americanos e mestres estadunidenses, demonstrando certa irreverência pela autoridade dos grandes nomes da Ciência Política. Em “Nota sobre Conflito Internacional”, Wanderley criticava as inconsistências de Sorokin em “Social and Cultural Dynamics”, chamando a atenção do leitor para a necessidade de se “encontrar uma formulação teórica no interior da qual as proposições de Sorokin fossem consistentes” (Santos, 1968:166). Em “Teoria Política e Prospectos Democráticos”, era a vez de MacPherson ser fustigado pelas fraquezas

de sua teoria do individualismo possessivo: a finalidade do governo não seria apenas produzir funções compatíveis, e sim a de controlar a divisão do trabalho (Santos, 1969).

Mas a busca pelo rigor científico não se limitava ao plano teórico, estendendo-se igualmente ao metodológico. As resenhas publicadas pela nova geração atacavam os colegas cujos trabalhos lhes pareciam metodologicamente defeituosos. Ao comentar a segunda edição de *O Caráter Nacional Brasileiro*, de Dante Moreira Leite, Bolívar criticava a falta de “unidade conceitual, ordenação mais adequada dos assuntos, melhor organização do texto (...). Falta-lhe, sobretudo, profundidade” (Lamounier, 1969:153). Nancy Alessio criticava severamente *Processos e Implicações do Desenvolvimento*, coletânea organizada por Costa Pinto, pela “má estruturação formal da obra; não há uma exposição clara e sintética das finalidades e conteúdo do livro, como das relações existentes entre a primeira e segunda partes”. Os trabalhos da coletânea eram puramente descritivos, ultrapassados e desprovidos de problematização teórica (Alessio, 1970b:203). Antônio Octávio Cintra (doutorando no MIT) não poupou nem mesmo o papa da Sociologia do desenvolvimento da época, Shmuel Eisenstadt, de quem ele e seus colegas eram confessos admiradores. Em resenha a *The Political Systems of Empires*, Cintra o criticava por empregar linguagem vaga e conceitos imprecisos; por não distinguir de modo adequado as diversas variáveis analíticas e por não equilibrar as partes empírica e teórica da obra. Mas advertia:

Não fazemos tal crítica por mero ritualismo metodológico. É que, se o autor está buscando evidência sistemática, a parte substantiva exige um comprometimento mais sério com as regras do jogo explicativo (Cintra, 1970:194).

Autores da nova geração, como Gláucio Soares, também se queixavam de explicações baseadas exclusivamente em esquemas de luta entre classes sociais e grupos de interesse, que ignoravam a dimensão propriamente política da vida comunitária. Em outras palavras, rejeitavam o marxismo, cujas premissas e suposições eram sistematicamente desmentidas pelos dados empíricos:

Ao contrário da tendência à polarização de classe visualizada por Marx, existe uma clara tendência em direção ao crescimento, tanto em termos absolutos como relativos, das ocupações não-manuais que são características da classe média. (...). Ao contrário das predições marxis-

tas, a classe média não desapareceu e os grupos ocupacionais mais altos não decresceram em tamanho. (Soares, 1969:93-94)

DEBATES SUBSTANTIVOS E TEMAS RECORRENTES NOS ANOS INICIAIS DA DADOS: A SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Do ponto de vista mais substantivo, o tema que por excelência ocupava os pesquisadores que publicavam na DADOS continuava a ser aquele referente ao desenvolvimento, no contexto mais amplo da América Latina. Até a década de 1950, a Ciência Social dos países europeus ou norte-americanos se ocupava de modo residual da periferia, reduzida em sua maior parte à condição de colônia. Com o avanço do processo de descolonização, a coisa mudou de figura. No Brasil, o problema do atraso pautara a agenda intelectual de sua “velha Ciência Política”, pensado por autores como Joaquim Nabuco, Alberto Torres e Oliveira Vianna sempre em termos de existência de um centro (de civilização ou modernidade) e de uma periferia (bárbara ou retardada). Foi a partir dessa herança que os isebianos passaram a refletir sobre os problemas do desenvolvimento. Fizeram-no recorrendo, no plano externo, à Filosofia existencialista de Ortega y Gasset, que pensava a questão da modernização na periferia em uma chave culturalista; e à Sociologia francesa de Georges Balandier, que se debruçava sobre as questões emergentes do processo de descolonização. A centralidade do papel exercido pela industrialização no contexto específico da América Latina, sugerida por Roberto Simonsen nas décadas anteriores, foi confirmada por Celso Furtado, que divulgou no começo da década de 1950 o pensamento econômico da CEPAL.

O primeiro contato da inteligência brasileira com as teorias da modernização ou do desenvolvimento produzidas pela Ciência Política dos Estados Unidos foi travado já no contexto de elaboração de uma “nova Ciência Política” brasileira, nos últimos anos da década de 1960. O impacto foi suavizado devido à mediação da FLACSO, sediada no Chile e que, de alguma maneira, replicava no campo da Sociologia Política o esforço desenvolvido pela CEPAL no sentido de adaptar a produção intelectual dos países cêntricos ao contexto e às necessidades dos países da América Latina, de forma análoga ao preconizado por Guerreiro Ramos em livros como *A Redução Sociológica*. Numerosos membros da nova geração haviam se pós-graduado na FLACSO e militavam em órgãos como o Instituto de Planificação Latino-Americana de Sociologia

(ILPES) e o Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina (DESAL)². Neles, assimilaram as técnicas de pesquisa social divulgadas na academia estadunidense, sem perderem a consciência de que era o conjunto do subcontinente que, na condição de região periférica do capitalismo, partilhava de uma mesma história. Foi o reconhecimento da especificidade do desenvolvimento latino-americano que levava os autores da nova geração à condenação das teorias da modernização elaboradas no contexto do “desenvolvimentismo clássico”, economicista, etnocêntrico e teleológico, na década de 1950, por W. W. Rostow, Seymour Lipset e Edward Shils (Badie, 1994).

Para Carlos Hasenbalg (mestre pela FLACSO), os modelos universalistas de desenvolvimento supunham a existência, nos países periféricos, de “equivalentes funcionais da burguesia industrial europeia da fase inicial de constituição do sistema industrial capitalista” (1968:6), perdendo de vista “a multiplicidade com que a realidade histórica se nos apresenta e que dificilmente se enquadra dentro dos limites estreitos de um modelo simplificado de variáveis e mecanismos universais”. Nascidos sob a égide da expansão capitalista europeia, os países da América Latina não poderiam ser considerados “estruturas sociais onde, como se fossem sistemas fechados e isolados, estar-se-iam replicando os processos de diferenciação estrutural já ocorridos nos países capitalistas de ‘desenvolvimento originário’” (*ibidem*:20). Gláucio Soares (doutor em Sociologia pela Universidade de Washington – Saint-Louis) ia pelo mesmo caminho:

Dados empíricos desautorizam a conclusão de que existe um único processo de desenvolvimento econômico, que deva ser seguido por todas as sociedades que aspiram ao desenvolvimento, independentemente das circunstâncias históricas (Soares, 1967:35-36).

Ao resenhar, quatro anos depois, o clássico livro de Rostow, Gláucio profetizava (acertadamente, aliás):

Creio que, a despeito da sua grande aceitação em círculos acadêmicos ocidentais no início da década dos sessenta, em duas ou três décadas mais o acúmulo de novas e variadas experiências concretas de desenvolvimento, para as quais a teoria de Rostow não provê espaço explicativo, decretará sua obsolescência (Soares, 1971:241).

Das teorias da modernização, portanto, os autores da DADOS apropriaram-se de umas poucas categorias, como a de *mobilização*, elabora-

da por Karl Deustch para explicar o processo de desenvolvimento político; a de *cultura política*, criada por Gabriel Almond, e a de *crise*, de Lucien Pye, que lhes pareciam úteis para compreender os impasses do desenvolvimento reinantes no país depois de 1964.

O sociólogo do desenvolvimento cuja obra atraía a admiração de muitos dos novos autores era o já referido Shmuel Eisenstadt, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém. Reivindicando a reflexão de tipo histórico e culturalista de matriz weberiana, Eisenstadt rejeitava as teorias econométricas da modernização. Em sua resenha de *The Political Systems of Empires*, Antônio Octávio Cintra exprimia com desafogo a sua admiração pelo autor:

Não podemos esconder nossa admiração pelo trabalho de Eisenstadt. Quão longe estamos dos esqueminhas familiares do tipo “moderno-tradicional”, “*western-non western political systems*”, tão comuns na literatura de desenvolvimento político. Ao invés de confinar a disciplina “desenvolvimento político” ao modesto escopo que lhe caracterizou o aparecimento como campo formalmente tratado nos currículos acadêmicos e nas pautas dos congressos profissionais, este é dos livros que, como poucos outros, dão à disciplina as grandes dimensões e amplas perspectivas que ela deve ter. (Cintra, 1970:195)

Era à sombra da árvore weberiana de Eisenstadt, portanto, que professores como Peter Heintz, Johan Galtung e Rúben Katzman organizavam na FLACSO um modelo sociológico do desenvolvimento voltado para a compreensão, na América Latina, das relações entre modernização econômica, mobilização social, reação das classes dominantes e do seu impacto sobre as instituições políticas, de modo a gerar um quadro de instabilidade e indecisão política³. Sustentava-se que, diversamente do que se passara nos países cêntricos, havia na região uma assincronia entre os ritmos de expansão das diversas esferas sociais (Cintra, 1968a:169). Com a intensificação da integração e das comunicações, emergiria uma situação de elevação do nível de aspirações gerais que desaguara em um processo de mobilização social voltado para a sua satisfação. Mas esta seria uma demanda incapaz de ser satisfeita no estágio tecnológico das sociedades da região. A demanda represada criaria um potencial revolucionário, cuja tensão se tentava absorver por meio de mecanismos simbólicos, como as ideologias nacionalistas-desenvolvimentistas, e mecanismos estruturais, como a expansão desmesurada de uma burocracia clientelística (Lamounier, 1968b:150). Os brasileiros dedicados à Sociologia do desenvolvimento, como Alaor

Passos (que fizera seu mestrado na FLACSO), exprimiam em seus artigos o desejo de contribuir para a validação desse modelo teórico voltado especificamente para a compreensão sociológica do desenvolvimento latino-americano (Passos, 1968:57-58)⁴.

Expressivos dessa orientação teórica da FLACSO, os trabalhos publicados na DADOS problematizavam o desenvolvimento brasileiro no quadro de “tensão estrutural” enfrentado pelo país, caracterizado pela assunção do poder por elites tecnocráticas voltadas para o bloqueio da participação política emergente. Em “Explicações sobre a Teoria da Liderança e Elites Tecnocráticas” e “Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais” (1968), Bolívar Lamounier sugeria que o golpe de 1964 havia sido uma resposta à falência das técnicas de conciliação empregadas tradicionalmente pelas elites políticas. A mobilização das massas desencadeada pelo desenvolvimento teria levado as ditas elites ao extremo do golpe militar e à implantação de um regime tecnocrático voltado para desmobilizá-las⁵. Ao perquirir as razões de ter a classe média apoiado o golpe, Antônio Octávio Cintra lançava em “Educação e Protesto Político: Estudo Preliminar de uma Hipótese” a tese de que, nos países subdesenvolvidos, haveria uma “excessiva vinculação da educação formal com *status* superior, em geral de elite”, o que a tornava um fator de resistência e não de propensão à mudança (Cintra, 1968a:169). Em “Exposição aos Meios de Comunicação de Massa no Rio de Janeiro: Um Estudo Preliminar”, Amaury de Souza dizia-se convencido de que a influência da mídia num quadro de desenvolvimento marcado pela desigualdade social seguiria padrões diversos daqueles informados pela literatura estadunidense, inglesa e francesa, desfavorecendo a transformação:

Pesquisas de audiência nos Estados Unidos e na Europa têm repetidamente confirmado a proposição de que exposição à comunicação de massa varia positivamente com fatores socioeconômicos (...). A análise dessas relações em um contexto caracterizado por uma forte desigualdade social pode nos revelar mais sobre os efeitos inibidores que os fatores socioeconômicos exercem sobre os usos dos vários meios do que análises semelhantes realizadas em contextos sociais mais homogêneos. (Souza, 1968:146)

O que no fundo os autores dedicados à Sociologia do desenvolvimento queriam saber era se o bloqueio da participação política pelo regime militar não poderia levar a demanda represada a explodir e resvalar para uma revolução geral de tipo cubano. Em “Transição e Tensão nos

Estados Brasileiros (1968)”, Alaor Passos sugeria que “o processo de transição tal como tem se operado no Brasil está dando lugar a uma tendência estrutural explosiva que se desenvolve num modelo de tipo hidráulico fechado” (Passos, 1968:30). Em “A nova Industrialização e o Sistema Político Brasileiro” (1967) e “Desenvolvimento Econômico e Estrutura de Classe” (1969), Gláucio Soares afirmava que a industrialização latino-americana, geograficamente seletiva, provocando migrações das regiões mais atrasadas para as mais prósperas, não criava uma classe média ampla como aquela dos países do Atlântico Norte. A elevada taxa de desemprego ou de subemprego, somada ao trancaamento do sistema partidário, poderia levar os insatisfeitos a engrossarem as fileiras do Partido Comunista, favorecendo uma saída revolucionária (Soares, 1967 e 1969). Em “Política Local e Tensões Estruturais no Brasil: Teste Preliminar de uma Hipótese” (1968), Bolívar Lamounier afirmava que o quadro de fechamento do sistema político pelo regime tecnocrático convertia indivíduos frustrados da classe média e antigos intelectuais públicos desempregados em potenciais líderes revolucionários (Lamounier, 1968b). Também Antônio Octávio Cintra, em “Educação e Protesto Político: Estudo Preliminar de uma Hipótese”, acreditava que, aliviadas por um regime de educação superior de tipo aristocrático, que cooptava os insatisfeitos, as tensões estruturais da sociedade brasileira poderiam ressurgir quando ele se revelasse “um atalho enganoso em propiciar as posições cobiçadas na estrutura social” (1968a:171).

Sob o amplo guarda-chuva da Sociologia do desenvolvimento, dedicavam-se ao estudo do papel de seus atores, especialmente os empresários:

A Sociologia do desenvolvimento vem mostrando a relevância, cada vez maior, de estudos referentes aos atores ou protagonistas do desenvolvimento. Dentro desta perspectiva, tem sido frequente a preocupação dos autores com o papel desempenhado pelos empresários (Figueiredo e Malan, 1969:143).

Este era outro assunto que aparecera originalmente nos artigos publicados por Hélio Jaguaribe nos *Cadernos do Nosso Tempo* e desde então não saíra da agenda. Nos esquemas explicativos de Jaguaribe, a burguesia industrial brasileira aparecia como uma vanguarda política que hasteava a bandeira nacionalista da modernização para lutar contra o atraso representado pela grande propriedade rural exportadora. No contexto de desilusão posterior a 1964, os pesquisadores que publica-

vam na DADOS já não eram otimistas. Em “Empresários e Desenvolvimento Econômico”, Carlos Hasenbalg sustentava que, nos países latino-americanos, haveria uma “marcada ausência de um setor empresarial com condições hegemônicas para impor seu projeto de organização social ao resto da sociedade, a partir do momento em que toma força o processo de industrialização” (1968:29). Por isso, a industrialização não trazia grandes mudanças na condução política, que continuaria por mais algum tempo nas mãos das velhas oligarquias rurais. Referenciadas pelos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Luciano Martins, Vilma Figueiredo e Ana Lúcia Malan queriam inferir dados sobre empresários brasileiros e sua participação no processo de desenvolvimento estabelecendo “um contínuo da menor à maior racionalidade de orientação capitalista dos empresários” (Figueiredo e Malan, 1969:143). As referências empregadas pelas autoras para tratar da cultura política que guiaria a ação dos empresários eram Almond e Verba, como formuladores da teoria geral, e Sérgio Buarque e Nestor Duarte, no que tocava ao Brasil.

A preocupação com o impacto do desenvolvimento desigual da sociedade brasileira sobre a cultura política, refletida na distribuição de preferências partidárias dos eleitores, que interessara à geração anterior de analistas políticos, também era retomada. Em “Partidos Políticos em Belo Horizonte: Um Estudo do Eleitorado”, Antônio Octávio Cintra publicava os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do DCP-UFMG, resultantes do desejo de submeter à validação empírica as hipóteses de Guerreiro Ramos, Orlando de Carvalho e outros autores da “velha Ciência Política”, segundo as quais “a urbanização e industrialização do país levariam, em grau crescente, à maior representatividade dos partidos políticos com relação às classes sociais e aos interesses dos novos grupos funcionais” (Cintra, 1968b:84). A pesquisa sobre o sistema partidário desmantelado pelo AI-2 concluía que, de fato,

os partidos eram significativos para considerável massa da população (ainda que não a maioria), e enraizavam-se na estrutura de classes, dispunham de um eleitorado relativamente estruturado em linhas ideológicas e eram percebidos como entidades distintas, não simplesmente intercambiáveis uns com os outros (*ibidem*:110).

Isso não significava, porém, que houvesse uma vinculação orgânica entre o eleitorado e os partidos, para além do plano meramente psicológico, nem lhe parecia que este quadro mudaria

na presente situação de contenção da participação política e da vida partidária, com o que a opção pela democracia representativa como forma política mais desejada torna-se cada vez mais inviável para os diversos grupos do espectro político (Cintra, 1968b:112).

A nova geração também meditava sobre as mudanças ocorridas no plano da cultura política em um quadro de transição de uma sociedade tradicional para outra, de mobilização das massas. Também aqui havia continuidade temática entre os artigos de DADOS e aqueles dos *CADERNOS DO NOSSO TEMPO*. A ambição de uma “nova Ciência Política” não poderia deixar de suscitar a questão relativa ao lugar da “velha” – a que se aludia como *pensamento social* ou *pensamento político brasileiro* – no novo estado de coisas⁶. Ao contrário do que acontecera na Sociologia paulista, os novos cientistas políticos entenderam que o estudo do pensamento político brasileiro lhes poderia ser útil de duas formas.

A primeira passava por encará-la como um repositório de materiais ideológicos expressivos da nossa cultura política, ao qual se poderia recorrer para aferir o modo por que ela reagia ao processo de modernização. Era o que fazia Bolívar em “Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais”, no qual pretendia “descrever alguns aspectos da cultura política tradicionalmente dominante no país, buscando ao mesmo tempo sugerir alguns mecanismos de mudança ao nível da estrutura sociopolítica” (Lamounier, 1968c:5). Ele queria analisar a consciência conservadora brasileira, cujas práticas políticas seriam marcadas pela cordialidade e pela conciliação. Essa ideologia “basicamente benevolente e paternalista, relutante em admitir a possibilidade do conflito em torno de objetivos últimos” (*ibidem*:14), desenvolvida à época da Conciliação (1853-1860), teria sido uma resposta ao potencial destrutivo dos conflitos do período regencial, funcionando desde então como um mecanismo amortecedor. “A ênfase brasileira na ‘democracia racial’, por exemplo, tinha por finalidade manter as diferenças interraciais inteiramente fora da arena política, como conflito apenas latente”; da mesma forma, o sistema político se habituara a antecipar problemas para evitar a tensão política que resultaria de sua acumulação (*idem*:16). Na medida em que o processo de transformação e mobilização social tenderia a diversificar os grupos potencialmente recrutáveis pela elite, reduzindo sua unidade e estabilidade, Bolívar indagava se aquela ideologia não perdera eficácia política. A hipótese ajudava a explicar a resposta violenta ao conflito representada pelo recurso ao golpe de março de 1964.

A segunda utilidade possível da “velha Ciência Política” para os novos autores da DADOS era como repositório de hipóteses para fins de verificação empírica. Era ao que se propunha Wanderley Guilherme em “A Imaginação Político-Social Brasileira” (1967) e “Raízes da Imaginação Política Brasileira” (1970). Ele percebera na maioria esmagadora das análises efetuadas pela literatura sobre o golpe de 1964 um padrão dicotômico de explicação da luta política, cuja origem era-lhe muito anterior e cujas origens não poderiam ser conhecidas sem recurso à história do nosso pensamento político. Ainda que eventualmente não houvesse contribuído para “o progresso das Ciências Sociais”, o estudo da *imaginação política brasileira* lhe parecia indispensável para “o conhecimento dos processos políticos brasileiros” (Santos, 1970:147). Depois de concluir que o pensamento brasileiro era fecundo, mas quase desconhecido, porque inexplorado, Wanderley propunha retomar em bases mais rigorosas e sistemáticas a orientação adotada no ISEB por Guerreiro Ramos. Aquele pensamento deveria ser investigado não só pelo seu “valor extraordinário” enquanto teoria, mas porque formara “o solo ideológico de que, consciente ou inconscientemente, partimos todos” (Santos, 1967b:190-191). E arriscava: “Difícilmente haverá, entre as teorias contemporâneas, alguma boa hipótese sobre política no Brasil que não tenha sido desenvolvida durante a década de 30” (Santos, 1970:156).

Na mesma seara caminhava Aspásia Camargo em “A Teoria Política de Azevedo Amaral”, que apresentava o autor de *Ensaios Brasileiros* como o mais perfeito predecessor do pensamento isebiano. Amaral teria esboçado

os elementos fundamentais que definem o desequilíbrio crônico ao subdesenvolvimento, em consonância com as teorias sociológicas e econômicas modernas, que apenas se difundiram e incorporaram às Ciências Sociais a partir da década de 50 (Alcântara, 1967:222).

A interpretação de Azevedo Amaral da crise de 1930 “em nada difere das mais modernas interpretações referentes ao conteúdo e às origens do subdesenvolvimento hoje correntemente utilizadas” (Alcântara, 1967:196). Então estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e estagiário do IUPERJ, Marcus Figueiredo também contribuía para a pesquisa de Wanderley apresentando em “Cultura Política: Revista Teórica do Estado Novo” um levantamento bibliográfico daquela revista, na forma de “resumos comentados dos trabalhos publicados em *Cultura Política* que, de uma forma ou de outra, contri-

buíram para a formação e explicitação do pensamento político do Estado Novo” (Figueiredo, 1968:222).

SEGUNDA FASE: O TRIUNFO DA NOVA GERAÇÃO, A PÓS-GRADUAÇÃO E O TEMA DO AUTORITARISMO OU DO SUBDESENVOLVIMENTO POLÍTICO (1970-1976)

O biênio 1969-1970 foi de consideráveis mudanças no ambiente nacional e institucional do IUPERJ, que impactaram diretamente na apresentação e no leque temático de pesquisas publicadas na revista DADOS.

O Contexto Externo: Autonomia do IUPERJ face à SBI; a Inauguração do Programa de Pós-Graduação e o AI-5

Do ponto de vista institucional, o grande acontecimento foi a inauguração do programa de pós-graduação em Ciência Política e Sociologia em março de 1969, substituindo as antigas especializações. O primeiro regimento consagrava seis áreas: 1) Metodologia, técnicas de pesquisa e estatística; 2) Instituições e processos de governo; 3) Sistemas políticos comparados; 4) Comportamento político; 5) Relações internacionais; 6) Teoria política. O corpo docente era formado por brasileiros e estrangeiros, oferecendo o currículo do programa disciplinas de Metodologia, Ciência Política, Teoria das Comunicações, Sociologia, Desenvolvimento Econômico, Teoria Política, Teoria das Organizações, Psicologia Social, Relações Internacionais e Instituições Políticas Brasileiras. A seleção para o mestrado formou sua primeira turma, composta por Olavo Brasil de Lima Jr., Renato Boschi, Lúcia Lippi Oliveira, Fernando José Leite da Costa, Lúcia Maria Gaspar Gomes, Maria Antonieta Parahyba, Nancy Aléssio, Irene Maria Magalhães, Celina do Amaral Peixoto, Clóvis Brigagão e Maria Aparecida Alves Hime, Helio Mathias e Vera Maria Pereira⁷. Ao mesmo tempo, personagem de grande destaque no instituto e na DADOS em seus inícios, Bolívar Lamounier deixou a direção-executiva do IUPERJ, juntamente com Carlos Estevam Martins, e passaram a integrar o recém-criado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), presidido por Fernando Henrique Cardoso em São Paulo, e que também recebera dotação da Fundação Ford. Bolívar foi substituído na direção do instituto por Wanderley Guilherme dos Santos que, retornado dos Estados Unidos, contratou novos professores e imprimiu ao mestrado uma dinâ-

mica semelhante àquela dos programas norte-americanos de pós-graduação.

A inauguração do mestrado obrigou a mais mudanças. A necessidade de aumento do espaço disponível obrigou a transferência da sede do IUPERJ – e, por conseguinte, da editoria da Revista DADOS – para a Rua Paulino Fernandes nº 32, em Botafogo. Aí permaneceram até 1978, quando afinal se transferiram para a atual sede, na Rua da Matriz nº 82, dentro do mesmo bairro de Botafogo. O início do curso de mestrado e a mudança de endereço conferiram maior autonomia ao instituto, que passou a oferecer uma grade de conferências paralela àquela promovida por Candido Mendes na sede da SBI, no centro do Rio. Enquanto Candido convidava celebridades como Alex Inkeles (*Sobre desenvolvimento modernizante*), Ronald Schneider (*Relações civil-militares no Brasil*), Georges Lavau (*Teoria Política Contemporânea*), Anouar Abdel-Malek (*Nasserismo como modelo político* e *O Egito e o mundo árabe*), os pesquisadores do IUPERJ convidavam personagens mais próximos às suas preocupações teórico-metodológicas, como Philip Converse (*Métodos e técnicas de pesquisa*), o celebrado Johan Galtung (*Metodologia e aspectos da teoria sociológica*) e David Cattell (*Desenvolvimento comparado*).

O IUPERJ ganhava autonomia administrativa e intelectual em relação à SBI. DADOS refletiu essas mudanças passando de revista da SBI a revista do IUPERJ. Candido deixou de colaborar com assiduidade, assim como os outros juristas humanistas, cuja presença se torna episódica⁸. O espaço conferido a artigos de economia desaparece: dali por diante, artigos de economistas só seriam publicados a convite, desde que possuindo conexão propriamente política⁹. Em outras palavras, nos primeiros anos da década de 1970, DADOS se torna um veículo irradiador da Ciência Política da nova geração. Nessa condição, a revista reflete o perfil que lhe imprimiram os principais pesquisadores do instituto à época: Wanderley Guilherme dos Santos e Simon Schwartzman. Essa exclusividade da Ciência Política dura até a metade da década, quando os artigos de Sociologia (e alguns de Antropologia) passam a ter o seu lugar, refletindo a criação da área de Sociologia do programa de pós-graduação do IUPERJ.

Mas a revista também refletiu o endurecimento do regime militar, inequivocamente autoritário em dezembro de 1968. Com o AI-5, “a repressão atinge diretamente o meio intelectual. A partir do último trimestre de 1968, a censura se torna implacável, e as sanções, terríveis”

(Pécaut, 1990:257). A revista *Civilização Brasileira* foi interdita e seu editor, Ênio da Silveira, perseguido pelo regime militar. Departamentos universitários inteiros são desarticulados. A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) simplesmente desaparece, ao passo que os principais professores do departamento de Sociologia da USP são aposentados. Por outro lado, o fato de estar abrigado em uma instituição privada comandada por um intelectual bem relacionado como Candido Mendes amorteceu o impacto da ditadura sobre o IUPERJ. Nem assim ele deixava de ser frequentado por agentes da repressão; Cesar Guimarães saiu do país para estudar nos Estados Unidos e foi substituído na editoria de DADOS por Amaury de Souza, função que dividiu com Wanderley em 1971 e 1972.

A radicalização não passou em branco nas páginas da revista. Em “Teoria Política e Prospectos Democráticos”, Wanderley afirmava que o objetivo de todo e qualquer governo seria “o controle do processo de divisão do trabalho dirigido para a transformação cônica do homem”, e que, “nesta relação, os conflitos sobre valores se transformariam no próprio núcleo da política no processo de dirigir tal transformação” (Santos, 1969:22). Também Simon Schwartzman, doutorando em Ciência Política em Berkeley e recém-contratado pelo IUPERJ, estava preocupado com o fechamento do sistema político:

A abertura política é não somente um ideal ético que permite ao homem conviver de forma digna em sociedade (...), mas um arranjo político tal que não exclua grupos significativos da participação das decisões, que lhes afetem e que se relacionem ao futuro de toda a coletividade a que pertencem (Schwartzman, 1969:54).

Já Edmundo Campos Coelho denunciava de modo enfático o caráter autoritário do desenvolvimento planejado do regime militar:

Em sistemas políticos como o brasileiro, em que a massa da população participa marginalmente no processo político, o debate sobre as opções e a escolha de cursos de ação se reduz à área dos detentores do poder político-econômico. E o planejamento, neste contexto, só pode ser a panaceia que satisfaz – até quando? – a “revolução das aspirações crescentes” e mantém cambaleante e trôpega a legitimidade do sistema de dominação. De um mínimo de consenso social sobre o curso da ação a ser escolhido e implementado dependem a validade e a eficácia do planejamento nacional. Ou seja, o fator decisivo é o pleno exercício da cidadania política do povo brasileiro, a incorporação da massa no processo

de decisão política pelos mecanismos democráticos do voto e da representação. (Coelho, 1969:151)

Debates e Temas Recorrentes no Segundo Quinquênio da DADOS: Autoritarismo, Sociologia Histórica e Ciência Política

A passagem da década de 1960 para a de 1970 também assinala mudança temática e de referências teóricas. Em primeiro lugar, com a sedimentação do treinamento patrocinado pela Fundação Ford nos Estados Unidos em nível de pós-graduação, a nova geração passou a travar contato diretamente com os nomes consagrados da Ciência Política estadunidense. Por conseguinte, cessaram as referências latino-americanistas em voga havia vinte anos, primeiro pela influência da CEPAL e, depois, da FLACSO. Em segundo, a literatura da Ciência Política americana sobre o desenvolvimento político – que servira até então de eixo em torno do qual se produziam as pesquisas dos autores publicados na DADOS –, assimilou as críticas sofridas pela teoria da modernização. Emergiu em seu lugar uma abordagem mais política, abrangente e histórica capaz de depurá-la da perspectiva etnocêntrica, teleológica e holística que prevalecera até então. Conforme sustentava o autor de um dos principais marcos teóricos do debate sobre o desenvolvimento político à época, *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, Samuel Huntington afirmava que o desenvolvimento não era um fenômeno irreversível; que o seu campo de análise não podia ser circunscrito às sociedades contemporâneas, devendo ser estendido a outras épocas da história; que o desenvolvimento político era fenômeno diverso da modernização econômica, à qual podia mesmo se contrapor; que o desenvolvimento político deveria ser definido por referência a um critério universal, que era o da institucionalização (Badie, 1994:84-85). Por seu lado, weberianos como Shmuel Eisenstadt e Richard Bendix avançaram na composição de modelos de desenvolvimento político baseados na dicotomia centro e periferia. O resultado foi certa distinção entre Ciência e Sociologia Política, a primeira caminhando para a Política Comparada (Huntington), e a segunda, para a Sociologia Histórica (Bendix).

Esse deslocamento dos termos do debate nos Estados Unidos se refletiu nas pesquisas desenvolvidas no IUPERJ e publicadas na DADOS. As novas referências teóricas forneciam referenciais relevantes para que os autores da nova geração pudessem compreender o descolamento verificado depois de 1969 entre a acelerada modernização econômi-

ca provocada pelo “milagre brasileiro” e o correlato subdesenvolvimento político-institucional encarnado pela ditadura militar entronizada pelo AI-5. Era preciso reconhecer a autonomia analítica entre as esferas da política, de um lado, e do socioeconômico, de outro. Um dos autores mais representativos dessa tendência foi Simon Schwartzman, que reclamava para o domínio do político a autonomia por aqueles para os quais ele constituiria um epifenômeno dos conflitos e divisões de classes e grupos. Uma vez que “o sistema político de participação tem determinantes múltiplas”, ele não era “algo que decorra automaticamente de certo nível de desenvolvimento econômico e participação social, nem de certo regime de poder e propriedade” (Schwartzman, 1969:54). Wanderley Guilherme dos Santos ia na mesma senda:

Trata-se de, na relação Estado e sociedade, subverter a abordagem tradicional de tomar aspectos ou características da sociedade como determinantes do comportamento do Estado, e verificar, fazendo o comportamento do Estado variável independente, os prováveis impactos diferenciados que esse comportamento trará à sociedade (Santos, 1972:6).

A crítica tinha endereço certo: a Sociologia Política produzida em São Paulo por contemporâneos como Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort – que, para a nova geração da Ciência Política do antigo IUPERJ, simplesmente não era Ciência Política, e cujas explicações para os fenômenos brasileiros sofriam consequentemente de grande deficiência.

A Ciência Política brasileira publicada nas páginas da DADOS experimentava, porém, um paradoxo. A geração pioneira voltava dos Estados Unidos especialista em estudos democráticos, sem que houvesse aqui um regime democrático para estudar. Seus artigos entre 1969 e 1976 evidenciam a tentativa de seus diversos componentes de adaptar a agenda de pesquisas ao contexto autoritário. As estratégias foram diferenciadas. Diante de um presente democrático paralisado e de falta de horizonte democrático, parte dos autores virou-se para o passado. Quem desejava estudar partidos ou sistemas eleitorais, mas não via o que fazer diante do bipartidarismo tutelado do regime militar, debruçou-se sobre a defunta ordem democrática de 1946-1964. Foi o caso de Amaury de Souza em “Determinismo Social, Racionalidade e o Voto Flutuante em 1960” (1972); de Lúcia Lippi Oliveira em “Notas sobre o Estudo do Partido Social Democrático” (1973); de Isabel Ribeiro

de Oliveira em “Notas sobre o Comportamento das Coligações Eleitorais no Brasil” (1973); de Maria Izabel Valladão de Carvalho em “Mecanismo Conflitual de Decisão na Câmara dos Deputados: O Significado Político da Votação Nominal no Período 1956-1960” (1973). A alternativa aqui era voltar-se para fora do Brasil, como fez Peter McDonough, professor do IUPERJ, em seu artigo “Dinâmica Eleitoral na Índia” (1971).

O retorno ao passado também se explicava pelo desejo da nova geração de compreender as raízes especificamente políticas do autoritarismo brasileiro. Daí o interesse de parte dela em analisar as ideologias e movimentos expressivos que, na primeira metade do século vinte, poderiam ser considerados expressivos de uma cultura política nacional atrasada e antidemocrática. Já explorado no período anterior por Bolívar Lamounier, este continuou a ser perseguido por Héglio Trindade em “A Ação Integralista Brasileira: Aspectos Históricos e Ideológicos” (1973) e Amaury de Souza em “O Cangaco e a Política da Violência no Nordeste Brasileiro” (1973). Os economistas também reviravam o processo de industrialização brasileiro, à luz do qual buscavam compreender o “milagre brasileiro”. Era o que faziam Werner Baer e Aníbal Villela em “Crescimento Industrial e Industrialização: Revisões nos Estágios de Desenvolvimento Econômico do Brasil” (1972); Luiz Carlos Bresser Pereira, em “O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento” (1973); e Pedro Malan e José Eduardo Pereira, em “A Propósito de uma Reinterpretação do Desenvolvimento Brasileiro desde os Anos 30” (1973).

Foi a sociologia política de Simon Schwartzman, todavia, quem melhor exprimiu aquela tendência. Em “Desenvolvimento e Abertura Política” (1969), Simon sustentara que o desenvolvimento não poderia ser estudado de modo global, mas focado especificamente na sua dimensão política; que ele exigia um instrumental teórico-metodológico menos sociocêntrico e mais político, ou seja, a autonomia do Estado; que a questão do subdesenvolvimento político brasileiro merecia um estudo mais aprofundado, abandonando o tratamento mais amplo até então empregado, do país no conjunto “periférico” da América Latina. Em “O Dom da Eterna Juventude” (1971), Simon já cogitava uma sociologia histórica que conciliasse a dimensão cultural da tradição europeia (Weber) e aquela outra, empírica, da tradição estadunidense (Merton), cujo resultado seria

uma sociologia indutiva muito mais aberta às perspectivas históricas e sistêmicas mais gerais, e uma ciência social histórica mais aberta à defesa da sociologia histórica muito mais aberta à importância da análise sistêmica de dados e da comprovação ou refutação de proposições verificáveis (Schwartzman, 1971:45).

Em “Representação e Cooptação Política no Brasil” (1970), trava-se de, partindo do descompasso entre desenvolvimento socioeconômico e o político, admitir a hipótese de que o déficit democrático brasileiro decorresse de dois fatores principais: uma tradição autoritária estatista herdada da colonização ibérica (e aqui, ele validava a hipótese desenvolvida por Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder*); e o descolamento entre o centro de poder político do país (o Rio de Janeiro) e o centro de desenvolvimento socioeconômico (São Paulo). Cuidava-se de

verificar a tese de que a história política brasileira tem sido a de um conflito entre duas linhas primordiais de desenvolvimento, uma “de baixo para cima”, conduzindo aos esforços de representação política, e outra “de cima para baixo”, levando à cooptação (Schwartzman, 1970:15).

O argumento era continuado em artigo posterior, “Desenvolvimento Econômico e Política Patrimonial” (1973).

Buscando aproveitar seu seminário de pós-graduação no IUPERJ para pôr à prova aquelas hipóteses, Schwartzman colocou seus alunos para validarem teórica e empiricamente as hipóteses aventadas por Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder*, relativamente ao peso desmesurado do Estado burocrático na conformação da sociedade brasileira. Os trabalhos foram publicados no dossiê do número 7 de DADOS (1970) e endossavam as hipóteses de Faoro, tal como reformuladas cientificamente por Schwartzman. Fernando Costa afirmava em “Processo de Diferenciação na Sociedade Colonial” que

no período 1808-1820, o dinamismo do processo de diferenciação do sistema de dominação política (esfera do poder central) foi muito intenso, disto resultando uma capacidade muito grande de absorver os outros subsistemas (ressaltando todo o tipo de variação desta dependência) e internamente tornou-se apto a “absorver mudanças além de suas próprias premissas institucionais iniciais” (Costa, 1970:61).

Olavo Brasil e Lúcia Klein também endossavam em “Atores Políticos do Império” as premissas faorianas para o período imperial:

A criação do estado brasileiro foi feita de cima para baixo, com pouca ou nenhuma mobilização popular, não sendo de forma alguma a resultante das forças locais; foi obra de uma elite política identificada com o liberalismo predominante naquela época (Klein e Lima Jr., 1970:74).

“Abertura Social e Participação Política no Brasil”, de Maria Antonieta Parahyba, também se queixava de que,

uma vez proclamada a República, não se cuidou de estender os direitos políticos a maiores camadas da população, mas sim em tirá-los cada vez mais, em benefício de uma elite, que fazia das decisões tomadas para seu benefício as decisões que a massa tinha que acatar (Parahyba, 1970:100).

O resultado da pesquisa de Simon reproduzido ao longo dos artigos e validado empiricamente pelos alunos seria aproveitado por ele em sua tese de doutoramento em Ciência Política em Berkeley, publicada inicialmente como *São Paulo e o Estado Nacional* (1975), e depois como *Bases do Autoritarismo Brasileiro* (1982).

Outra das possibilidades da Ciência Política entre 1969/1970 e 1976 foi voltar-se para o estudo dos setores burocráticos autoritários no presente. Neste caso, adotavam-se orientações mais claramente comprometidas com a perspectiva de uma Ciência Política distinta da Sociologia e de sua antiga dependência do guarda-chuva do desenvolvimento. O pleito por uma Ciência Política “nua e crua” voltada para o exame dos espaços decisórios do poder encontrou seu manifesto na introdução ao dossiê sobre análise do sistema político escrita por Wanderley Guilherme dos Santos no número 9 de DADOS:

Após alguns anos de preocupação exclusiva com tópicos de duvidosa relevância, a Ciência Política volta a dedicar-se àqueles temas de imediata repercussão para o exercício do mando. Assim é que, hoje, as áreas por assim dizer de fronteira da disciplina são aquelas em que se investigam os instrumentos de implementação política da programação governamental e critérios para a aferição política do desempenho governamental. (Santos, 1972:5)

Como que dando sequência ao seu pensamento, em “Eleição, Representação, Política Substantiva”, Wanderley argumentava que o Poder Legislativo era apenas uma das diferentes instituições que, na qualidade de esferas decisórias, influenciavam a estrutura de governo. Era preciso levar igualmente em conta as grandes empresas privadas e as

autarquias, que se achavam fora do controle do processo eleitoral (Santos, 1971a). Em “Governadores-Políticos, Governadores-Técnicos, Governadores-Militares”, Wanderley voltava a chamar a atenção sobre “a legitimidade e a ascendência da burocracia como via de acesso a postos políticos, em prejuízo da atividade político-partidária”, bem como para “a predominância nos executivos estaduais de homens com formação técnica, em detrimento dos homens de formação bacharelesca” (Santos, 1971b:126). De sua parte, em “Elites e Desenvolvimento: Administradores Públicos”, Eli Diniz Cerqueira e Maria Regina Soares de Lima davam seguimento às hipóteses de Wanderley, interessadas em caracterizar a capacidade decisória da burocracia de influenciar a formulação de política econômica e financeira (Cerqueira e Lima, 1971). Ainda no campo da análise dos atores, perseguindo aquela que deve ser ainda hoje a mais antiga linha de pesquisa do atual IESP-UERJ, Carlos Hasenbalg e Clóvis Brigagão investigavam as origens sociais e as fontes de recrutamento dos banqueiros, seus modelos de mobilidade e de diferenciação interna em “Formação do Empresário Financeiro no Brasil” (Hasenbalg e Brigagão, 1971). Já o número 9 de DADOS era dedicado à análise do desempenho do sistema político em matéria de políticas públicas, reunindo artigos de Zeno Santiago, Neuma Aguiar, Celso Lafer, Edmar Bacha e outros. O número 11 tinha como foco o problema político da distribuição de renda no Brasil, com artigos de economistas como Tito Ryff, Albert Fishlow e Carlos Langoni. Emergia assim uma clara diferenciação entre Ciência Política e Sociologia, a primeira das quais já ocupada com análise de instâncias decisórias e de políticas públicas.

CONCLUSÃO

A primeira década de DADOS subdivide-se em dois períodos. Até dezembro de 1968 o regime autoritário não parecia definitivamente asentado ou irreversível e o IUPERJ não dispunha de um programa de pós-graduação. A nova geração começava seus cursos de mestrado ou doutorado nos Estados Unidos e as fronteiras entre Sociologia Política ou Ciência Política eram fluidas. Ainda que em contexto novo e dinâmica reformulada, o debate acadêmico continuava a ser pautado pela temática do desenvolvimento latino-americano. Por isso, ainda que já não fossem apresentados na forma de uma “interpretação total”, nem comungassem do otimismo dos antigos ibespianos, os assuntos de que se ocupavam os autores da DADOS em seus primeiros três anos eram os mesmos dos autores dos artigos dos *Cadernos do Nosso Tempo*, do

qual deveria ser a sucessora. Economistas como Maria da Conceição Tavares, Josef Barat, Fernando Machado de Amorim e Edmar Bacha escreviam sobre substituição de importações, modernização tecnológica, planejamento e política cafeeira. Intelectuais como Hélio Jaguaribe e Candido Mendes faziam análises da conjuntura destacando as possibilidades e os limites de ação política da *intelligentsia*. Sociólogos como Gláucio Soares, Alaor Passos e Vilmar Faria estudavam os impactos do desenvolvimento sobre o sistema político e a sociedade. Carlos Hasenbalg e Vilma Figueiredo investigavam o papel desempenhado pelo empresariado no processo do desenvolvimento. Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, Aspásia Camargo e Marcus Figueiredo voltavam-se para a história do pensamento político brasileiro para entender a natureza de nossa cultura política. Antônio Octávio Cintra escrevia sobre eleições e comportamento eleitoral para entender a articulação entre ideologia, partido e enraizamento social. Era clara a continuidade temática dos estudos realizados pela Sociologia do desenvolvimento com aqueles que, antes de 1964, se referiam às condições e possibilidades de realização da chamada “revolução brasileira”.

Mas também havia mudanças visíveis nos termos do debate. Em torno de 1954-1956, a ideologia do nacional-desenvolvimento fundara-se na crença de que o acelerado progresso econômico traria consigo, de modo mais ou menos automático, o progresso social e político do país. Acreditava-se que a industrialização promovida pelo pacto de empresários nacionalistas com trabalhadores e burocracia progressista desencadearia uma “revolução” que repercutiria de modo virtuoso sobre todos os aspectos da vida nacional. A hipertrofia do horizonte de expectativas levava à crença mesma, manifesta a certa altura por Guerreiro Ramos, de que todo o pensamento social e político brasileiro tornava-se rapidamente obsoleto como instrumento de interpelação do novo Brasil que emergia, o que justificava a elaboração de uma ideologia nacional-desenvolvimentista (Lynch, 2015:43). As facções elitistas e clientelistas responsáveis pela natureza cartorial de nossas instituições político-administrativas cederiam lugar a um sistema partidário ideologicamente coerente e orgânico no bojo de um eficiente Estado de serviços. O colapso do regime liberal democrático, a privação da antiga *intelligentsia* de seu papel de porta-voz dos anseios nacionais e sua substituição por uma elite tecnocrática a partir de 1964 criaram um cenário político e intelectual muito diferente. A ideologia nacional-desenvolvimentista fora substituída por uma Sociologia do

desenvolvimento ancorada na ideia de dependência; a falência de versão espontânea da modernização levava à sua sustentação artificial pelo alto; criticava-se a crença anterior de que a industrialização bastaria para resolver as mazelas sociais e políticas; duvidava-se do nacionalismo dos empresários. Um filtro mais cético ou pessimista permeava todas as análises.

Depois do AI-5, desarmou-se o quadro teórico e temático que, organizado em torno do tema do desenvolvimento, orientava desde a década de 1950 a Ciência Política brasileira. Muitos autores se voltaram para o passado. Alguns, como Lúcia Lippi Oliveira, queriam compreender os fundamentos do sistema partidário e eleitoral da República de 1946. Outros, como Héglio Trindade, investigavam os precedentes autoritários da vida brasileira. O sucesso de um modelo de desenvolvimento econômico, mas tecnocrático demonstrava a primazia do político como chave explicativa do fenômeno social, desmentindo o Marxismo e a Sociologia paulista. A Sociologia Política de vocação histórica lançada por Simon Schwartzman, baseada na tese da autonomia do Estado em relação à sociedade, desencadearia uma cascata de publicações relativas às possíveis causas do déficit democrático da sociedade brasileira. Ocorre o contrário do que imaginara Guerreiro Ramos em 1955; a persistência das velhas mazelas provando a atualidade da tradição do pensamento político brasileiro anterior à institucionalização (Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Raymundo Faoro) e a necessidade de que a nova geração também recorresse a ela. Por força da especialização em marcha, emergia uma ciência política menos dependente da discussão do desenvolvimento. Wanderley Guilherme dos Santos entendia ser preciso volver a Ciência Política para os mecanismos decisórios do regime militar, burocráticos e empresariais, mas também para a análise de suas políticas públicas. Verificava-se também uma renovação drástica da bibliografia. A antiga livraria francesa de Filosofia existencialista, com suas tintas germânicas e marxistas, e de Sociologia Política, à maneira de Gurvitch e Balandier, era substituída de alto a baixo por outra, quase toda norte-americana, de Ciência Social empiricamente orientada: Gabriel Almond, Sidney Verba, David Easton, Karl Deutsch, David Apter, Samuel Huntington, Shmuel Eisenstadt e Reinhart Bendix.

A primeira década de DADOS se encerra com a assunção da coordenação editorial por Charles Pessanha a partir do número 12. Assim como, em 1968, a administração do IUPERJ se tornara autônoma em relação à

SBI, em 1976 DADOS começou a ganhar autonomia em relação ao IUPERJ. O periódico deixou de ser órgão específico do instituto, aberto apenas a convidados, para se abrir ao conjunto da comunidade acadêmica. Desapareceram as resenhas de livros, as notas de pesquisa e as notícias institucionais. Criou-se um conselho editorial integrado também por pessoal externo ao instituto e estabeleceu-se de modo pioneiro o sistema de *peer review* para a análise dos artigos submetidos pelos colaboradores. Além disso, a criação da área de pós-graduação em Sociologia, comandada por Neuma Aguiar, também impactou indiretamente no perfil da revista, firmando a distinção entre Ciência Política e Sociologia. Quanto aos estímulos externos, a vitória das forças opositoristas nas eleições de 1974 e o fim da ditadura franquista na Espanha imprimiram um novo eixo de estudos políticos na Ciência Política, voltado para a transição do autoritarismo para a democracia. Com a publicação do primeiro balanço sobre a área apresentado por Bolívar Lamounier, “O Ensino Pós-Graduado de Ciência Política no Brasil” (1977), no número que celebrava a primeira década da revista (14), já se manifestava a tendência de associar os dois aniversários, o de DADOS e o da Ciência Política brasileira. Tradição que se mantém, quarenta anos depois.

(Recebido para publicação 14 de setembro de 2016)

(Aprovado 9 de dezembro de 2016)

NOTAS

1. Todas as informações referentes às atividades do antigo IUPERJ no período foram retiradas das seções de noticiário do instituto, que integravam os números de DADOS em seu primeiro decênio.
2. Breno Bringel chama a atenção, em pesquisa em andamento por ele coordenada no âmbito do NETSAL (Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina), do IESP-UERJ, para a importância do Centro Latino-americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS), então sediado no Rio de Janeiro. Criado juntamente com a FLACSO-Chile em 1957, o centro referido dedicou-se à pesquisa e não à docência, mas formou na prática da pesquisa boa parte da primeira geração de antropólogos e sociólogos cariocas (em alguns casos, também de outros lugares) que atuaram depois em programas de pós-graduação, como o de Antropologia Social do Museu Nacional (IUPERJ) e o de Sociologia do IUPERJ. O CLAPCS pesquisava no Brasil os mesmos temas que estruturavam a pós-graduação da FLACSO e, segundo Bringel, com mais refinamento metodológico. Para saber mais a respeito, o leitor terá de aguardar a publicação dos resultados da pesquisa. Avanços iniciais da pesquisa podem ser lidos em dois dossiês sobre “Sociologia Latino-americana” publicados pelo NETSAL em 2014 e 2015: <http://netsal.iesp.uerj.br/index.php/pt/publicacoes/dossies-netsal>.
3. O texto principal era *Um Paradigma Sociológico para o Desenvolvimento*, de Peter Heintz, havendo também nos artigos diversas referências ao curso por ele ministrado na FLACSO em 1965 denominado “A Sociologia do Desenvolvimento”.
4. Assim, Alaor S. Passos e Vilmar E. Faria apresentavam, em “Indecisão Social e Instabilidade Política: Alguns Dados para a América Latina”, um modelo analítico que, com base em dados de censo, relacionavam “o desenvolvimento econômico e social da América Latina e algumas facetas do militarismo no continente” (1967:150). Partiam da “Sociologia do desenvolvimento” e da “Sociologia militar”, na expectativa de “aumentar o conhecimento da natureza das relações entre poder político e poder militar numa sociedade em desenvolvimento, tentando descobrir sob que circunstâncias cada um torna-se suficientemente forte para que possa ter relativo domínio sobre o outro” (*ibidem*:175).
5. “Como consequência da crescente mobilização social (...) não pode ele [o grupo dominante] preencher as demandas, tanto materiais quanto simbólicas, da nova situação. Esgota-se a possibilidade de absorver tensões através da extensão do setor burocrático (...). Reivindica-se, de um lado, ‘a grande política ideológica’; de outro, a ‘racionalização’, ‘universalização’ (ou moralização) de critérios administrativos e no serviço público (...). Originária de um estrato socioeconômico bastante estreito, basicamente rural, a classe política tradicional não conseguiu transformar-se com suficiente rapidez para construir a base organizacional – partidária e burocrática – capaz de absorver e controlar o processo de mobilização social, a emergência de novos grupos e o vácuo da estreiteza de seu recrutamento social” (Lamounier, 1968b:20-21).
6. A pretensão de cientificidade pura, calcada em métodos e teorias de alcance supostamente universal, levava a Sociologia paulista liderada por Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo na década de 1950 a rejeitar tudo o que se fizera antes dela – o pensamento social brasileiro – como ideológico, quando não autoritário. Esse padrão de ignorar as hipóteses sociológicas aventadas pela “velha Ciência Social brasi-

leira” era reiterado no artigo publicado na DADOS por Maria Sylvania de Carvalho Franco, “O Código do Sertão: Um Estudo sobre a Violência no Meio Rural”. Para além dos autores estrangeiros da teoria sociológica (Weber, Tönnies), ela só se socorria de autores do círculo universitário de sua província, como Antônio Candido e Lucila Hermann. No IBESP e no ISEB, ao contrário, Guerreiro Ramos buscara historiar de modo crítico o pensamento sociológico e político brasileiro, a fim de nele haurir subsídios para a elaboração de uma teoria da sociedade brasileira (Lynch, 2015). Foi este o precedente que Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier resolveram seguir, de forma distinta do que se passara, portanto, quando da institucionalização da Sociologia paulista.

7. Em 1971 começaram a sair as primeiras dissertações dos seguintes alunos: Eli Diniz (Status do Funcionário e Envolvimento na Organização), Clóvis Brigagão (Poder Legislativo no Brasil: Análise Política da Produção Legal de 1959 a 1966), Claire Savit Bacha (A Dependência nas Relações Internacionais: Uma Introdução à Experiência Brasileira), Olavo Brasil de Lima Júnior (Intervenções Militares na América Latina), Vilma Mendonça Figueiredo (Empresário Brasileiro e Filantropia), Ana Lúcia de Almeida (Abertura Empresarial, Percepção do Papel e Participação Política) e Renato Raul Boschi (Marginalidade Urbana, Educação e Aspiração: Uma Contribuição à Teoria do Comportamento Político do Favelado). Todos estes dados, como os anteriores, foram retirados da seção de noticiário da própria revista.
8. O artigo publicado por Hélio Jaguaribe em 1971, “A Participação Política nas Condições Contemporâneas”, em que mais uma vez desejava fazer teoria e análise de conjuntura, revela seu esforço por aproximar-se da nova geração, adaptando-se à Ciência Política norte-americana, depois de um período passado em Harvard. Da bibliografia constavam assim David Apter, Almond, Robert Dahl, Karl Deutsch, David Easton etc.
9. Como ocorreria no número 9, dedicado ao exame das políticas públicas, e no número 11, voltado para a questão da distribuição de renda no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCANTARA, Aspásia Brasileiro. (1967), “A Teoria Política de Azevedo Amaral”. DADOS, nº 2/3, pp. 194-224.
- ALESSIO, Nancy. (1970), “Urbanização, Industrialização e Estrutura Ocupacional (1872-1920)”. DADOS, nº 7, pp. 103-117.
- . (1970b), “Resenha: *Processos e Implicações do Desenvolvimento*, de L. A. Costa Pinto e W. Bazzanella”. DADOS, nº 7, pp. 198-208.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FREITAS, Andréia; LIMONGI, Fernando. (2016), “Da Sociologia Política ao Neoinstitucionalismo: Trinta Anos que Mudaram a Ciência Política no Brasil”, in L. Avritzer; M. S. Braga; C. R. S. Milani (orgs.), *Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. (2015), “La Ciencia Política en Brasil en la Última Década: La Nacionalización y la Lenta Superación del Parroquialismo”. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, vol. 35, nº 1, pp. 19-31.
- AVRITZER, Leonardo; BRAGA, Maria do Socorro; MILANI, Carlos S. (2016), *Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- BADIE, Bertrand. (1994), *Le Développement Politique*. (5ª ed.). Paris, Economica.
- BAER, Werner; VILLELA, Aníbal. (1972), “Crescimento Industrial e Industrialização: Revisões nos Estágios de Desenvolvimento Econômico do Brasil”. DADOS, nº 9, pp. 114-134.
- BARAT, Josef. (1968), “O Planejamento Econômico na Índia”. DADOS, nº 4, pp. 133-144.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (1973), “O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”. DADOS, nº 11, pp. 122-145.
- CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. (1973), “Mecanismo Conflitual de Decisão na Câmara dos Deputados: O Significado Político da Votação Nominal no Período 1956-1960. Dados Preliminares”. DADOS, nº 11, pp. 194-205.
- CERQUEIRA, Eli Diniz; LIMA, Maria Regina Soares de. (1971), “Elites e Desenvolvimento: Administradores Públicos”. DADOS, nº 8, pp. 120-122.
- CINTRA, Antônio Octávio. (1968a), “Educação e Protesto Político: Estudo Preliminar de uma Hipótese”. DADOS, nº 4, pp. 169-185.
- . (1968b), “Partidos Políticos em Belo Horizonte: Um Estudo do Eleitorado”. DADOS, nº 5, pp. 82-112.
- . (1970), “Resenha: *The Political Systems of Empires*, de Shmuel Eisenstadt”. DADOS, nº 7, pp. 188-195.
- COELHO, Edmundo Campos. (1969), Resenha de *Brazilian Planning: Development Politics and Administration*, de Robert T. Daland. DADOS, nº 6, pp. 149-151.
- COSTA, Fernando José Leite. (1970), “Processo de Diferenciação na Sociedade Colonial”. DADOS, nº 7, pp. 42-61.
- DI TELLA, Torcuato. (1966), “A Responsabilidade Política da *Intelligentsia* Latino-americana”. DADOS, nº 1, pp. 42-60.

- FIGUEIREDO, Marcus. (1968), "Cultura Política: Revista Teórica do Estado Novo". DADOS, nº 4, pp. 221-246.
- FIGUEIREDO, Vilma; MALAN, Ana Lúcia. (1969), "Empresário Brasileiro e Filantropia". DADOS, nº 6, pp. 141-145.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. (1997), "A Emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos Institucionais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 35, pp. 101-120.
- FRANCO, Celina do Amaral Moreira; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; HIME, Maria Aparecida Alves. (1970), "O Contexto Político da Revolução de Trinta". DADOS, nº 7, pp. 118-136.
- GASPARI, Elio. (2002), *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HASENBALG, Carlos. (1968), "Empresários e Desenvolvimento Econômico". DADOS, nº 4, pp. 5-31.
- ; BRIGAGÃO, Clóvis. (1971), "Formação do Empresário Financeiro no Brasil". DADOS, nº 8, pp. 79-103.
- HEINTZ, Peter. (1970), *Un Paradigma Sociológico del Desarrollo*. Buenos Aires, Editorial del Instituto.
- JAGUARIBE, Hélio. (1966), "Ordem Mundial, Racionalidade e Desenvolvimento". DADOS, nº 1, pp. 141-159.
- . (1971), "A Participação Política nas Condições Contemporâneas". DADOS, nº 8.
- KLEIN, Lucia Maria Gomes; LIMA Jr., Olavo Brasil de. (1970), "Atores Políticos do Império". DADOS, nº 7, pp. 62-88.
- LAMOUNIER, Bolívar. (1966), "O 'Approach' Funcional em Sociologia Política". DADOS, nº 1, pp. 70-83.
- . (1968a), "Explicações sobre a Teoria da Liderança e Elites Tecnocráticas". DADOS, nº 4, pp. 40-67.
- . (1968b), "Política Local e Tensões Estruturais no Brasil: Teste Preliminar de uma Hipótese". DADOS, nº 4, pp. 186-198.
- . (1968c), "Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais". DADOS, nº 5, pp. 5-21.
- . (1968d), "Tema: A Sociedade Tradicional no Brasil". DADOS, nº 5, p. 3.
- . (1969), "Resenha: *O Caráter Nacional Brasileiro*, de Dante Moreira Leite". DADOS, nº 6, pp. 153-157.
- . (1977), "O Ensino Pós-Graduado de Ciência Política no Brasil". DADOS, nº 14, pp. 240-248.
- LEITE, Fernando Baptista. (2010), "Posições e Divisões na Ciência Política Brasileira Contemporânea: Explicando sua Produção Acadêmica". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, nº 37, pp. 149-260.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2015), "Teoria Pós-colonial e Pensamento Brasileiro na Obra de Guerreiro Ramos: O Pensamento Sociológico". *Cadernos do CRH*, vol. 28, nº 73, pp. 27-45.

- . (2016), “Cartografia do Pensamento Político Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 19, pp. 75-119.
- MALAN, Pedro; PEREIRA, José Eduardo de Carvalho. (1973), “A Propósito de uma Reinterpretação do Desenvolvimento Brasileiro desde os Anos 30”. *DADOS*, nº 10, pp. 126-145.
- MARENCO, André. (2014), “The Three Achilles’ Heels of Brazilian Political Science”. *Brazilian Political Science Review*, vol. 8, nº 3, pp. 3-38.
- MARTINS, Carlos Estevam. (1966), “Construção de Teoria na Ciência Social Brasileira”. *DADOS*, nº 1, pp. 84-114.
- . (1968), “Profissionais em Organização”. *DADOS*, nº 4, pp. 32-39.
- McDONOUGH, Peter. (1971), “Dinâmica Eleitoral na Índia”. *DADOS*, nº 8, pp. 47-65.
- MENDES, Candido Mendes de. (1966), “Sistema Político e Modelos de Poder no Brasil”. *DADOS*, nº 1, pp. 7-41.
- . (1967), “O Governo Castelo Branco: Paradigma e Prognose”. *DADOS*, nº 2/3, pp. 213-267.
- . (1968), “Prospectiva do Comportamento Ideológico: O Processo da Reflexão na Crise do Desenvolvimento”. *DADOS*, nº 4, pp. 95-132.
- . (1969), “Elite de Poder, Democracia e Desenvolvimento”. *DADOS*, nº 6, pp. 57-90.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. (1973), “Notas sobre o Comportamento das Coligações Eleitorais no Brasil”. *DADOS*, nº 10, pp. 166-183.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (1973), “Notas sobre o Estudo do Partido Social Democrático”. *DADOS*, nº 10, pp. 146-153.
- PARAHYBA, Maria Antonieta de A. G. (1970), “Abertura Social e Participação Política no Brasil (1870-1920)”. *DADOS*, nº 7, pp. 89-102.
- PASSOS, Alaor S. (1968), “Transição e Tensão nos Estados Brasileiros”. *DADOS*, nº 5, pp. 57-81.
- ; FARIA, Vilmar E. (1967), “Indecisão Social e Instabilidade Política: Alguns Dados para a América Latina”. *DADOS*, nº 2/3, pp. 150-181.
- PÉCAUT, Daniel. (1990), *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo, Ática.
- REIS, Elisa Pereira. (1993), “A Construção Intelectual e a Política das Ciências Sociais Brasileiras: A Experiência do Iuperj”, in S. Miceli (org.), *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Sumaré.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1967a), “Estudos sobre a Teoria da Demonstração: (I). A Teoria da Agressão e Johan Galtung”. *DADOS*, nº 2/3, pp. 133-149.
- . (1967b), “A Imaginação Político-Social Brasileira”. *DADOS*, nº 2/3, pp. 182-193.
- . (1968), “Nota sobre Conflito Internacional”. *DADOS*, nº 5, pp. 162-166.
- . (1969), “Teoria Política e Prospectos Democráticos”. *DADOS*, nº 6, pp. 5-23.
- . (1970), “Raízes da Imaginação Política Brasileira”. *DADOS*, nº 7, pp. 137-161.
- . (1971a), “Eleição, Representação, Política Substantiva”. *DADOS*, nº 8, pp. 7-25.

Christian Edward Cyril Lynch

- . (1971b), “Governadores-Políticos, Governadores-Técnicos, Governadores-Militares”. DADOS, nº 8, pp.123-128.
- . (1972), “Tema: Análise do Desenvolvimento do Sistema Político”. DADOS, nº 9, pp. 5-6.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1969), “Desenvolvimento e Abertura Política”. DADOS, nº 6, pp. 24-56.
- . (1970), “Representação e Cooptação Política no Brasil”. DADOS, nº 7, pp. 9-41.
- . (1971), “O Dom da Eterna Juventude”. DADOS, nº 8, pp. 26-46.
- . (1973), “Desenvolvimento Econômico e Política Patrimonial”. DADOS, nº 10, pp. 5-24.
- . (1975), *São Paulo e o Estado Nacional*. Rio de Janeiro, Difel.
- . (1982), *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. (1967), “A Nova Industrialização e o Sistema Político Brasileiro”. DADOS, nº 2/3, pp. 32-50.
- . (1969), “Desenvolvimento Econômico e Estrutura de Classe”. DADOS, nº 6, pp. 91-128.
- . (1971), *Resenha de The Stages of Economic Growth*, de W. W. Rostow. DADOS, nº 8, pp. 236-241.
- SOUZA, Amaury de. (1968), “Exposição aos Meios de Comunicação de Massas no Rio de Janeiro: Um Estudo Preliminar”. DADOS, nº 4, pp. 145-168.
- . (1972), “Determinismo Social, Racionalidade e o Voto Flutuante em 1960”. DADOS, nº 9, pp. 135-145.
- . (1973), “O Cangaço e a Política da Violência no Nordeste Brasileiro”. DADOS, nº 10, pp. 97-125.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (1997), *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Campinas, Editora da Unicamp.
- TRINDADE, Héglio Henrique C. (1973), “A Ação Integralista Brasileira: Aspectos Históricos e Ideológicos”. DADOS, nº 10, pp. 25-60.

RESUMO

Entre a “Velha” e a “Nova” Ciência Política: Continuidade e Renovação Acadêmica na Primeira Década da Revista DADOS (1966-1976)

O presente artigo apresenta um mapeamento contextualizado dos debates acadêmicos travado ao longo da primeira década de existência da Revista DADOS (1966-1976). Do ponto de vista histórico, trata-se do processo de endurecimento do regime militar; do ponto de vista temático e teórico, cuida-se da passagem da antiga ideologia nacional-desenvolvimentista para uma sociologia do conhecimento que, ao final do período estudado, divide-se entre uma sociologia histórica e uma ciência política, preocupadas ambas com o estudo do autoritarismo em geral e do brasileiro em particular. Quanto aos autores, vê-se a passagem de bastão da velha Ciência Política brasileira, ensaísta e nacionalista, para uma nova, comprometida com uma reflexão rigorosa baseado em critérios profissionais, mas também com os valores democráticos.

Palavras-chave: história da Ciência Política no Brasil; pensamento político brasileiro; regime militar; antigo IUPERJ; Revista DADOS

ABSTRACT

Between the “Old” and the “New” Political Science: Continuity and Academic Renovation in the First Decade of DADOS Journal’s Publication (1966-1976)

The following article provides a contextualized mapping of the academic debates characterizing the first decade of DADOS journal’s publication (1966-1976). Historically speaking, this reflects a tightening of the military dictatorship, while from a thematic and theoretical point of view, it concerns the shift from the former national-developmental ideology to a sociology of knowledge that, at the end of the period under study, splits into a form of historic sociology and a form of political science, with both concerned with the study of authoritarianism in general and the study of this in Brazil in particular. In terms of authors, the shift is one from the old essayist and nationalist Brazilian political science to a new strand committed to rigorous reflection based on professional criteria, as well as democratic values.

Keywords: history of political science in brazil; brazilian political thought; military dictatorship; former IUPERJ; DADOS Journal

RÉSUMÉ

Entre la “Vielle” et la “Nouvelle” Science Politique: Continuité et Renovation Académique lors de la Première Décennie de la Revue DADOS (1966-1976)

Le présent article propose une cartographie contextualisée des débats universitaires menés au long de la première décennie d'existence de la Revue DADOS (1966-1976). Du point de vue historique, il s'agit d'une période de durcissement du régime militaire, tandis que l'on a assisté, au niveau thématique, au passage de l'ancienne idéologie national-développementiste à une sociologie de la connaissance, qui, à la fin de la période en question, s'est divisée entre sociologie historique et science politique, néanmoins toutes deux impliquées dans l'étude de l'autoritarisme en général et de la situation brésilienne à cet égard. Pour ce qui est des auteurs, on constate un passage de relais entre les anciennes sciences politiques brésiliennes pamphlétaires et nationalistes et les nouvelles, engagées dans une réflexion rigoureuse se basant sur des critères professionnels, mais également sur des valeurs démocratiques.

Mots-clés: Histoire des sciences politiques au Brésil; pensée politique brésilienne; régime militaire; ancienne IUPERJ; Revue DADOS

RESUMEN

Entre la “Vieja” y la “Nueva” Ciencia Política: Continuidad y Renovación Académica en la Primera Década de la Revista DADOS (1966-1976)

Este artículo presenta un estudio contextualizado de los debates académicos llevados a cabo en el transcurso de la primera década de existencia de la revista DADOS (1966-1976). Desde el punto de vista histórico, se trata del proceso de endurecimiento del régimen militar; desde el punto de vista temático y teórico, se refiere al paso de la antigua ideología nacional-desarrollista a una sociología del conocimiento que, al final del periodo estudiado, se divide entre una sociología histórica y una ciencia política, ambas preocupadas por el estudio del autoritarismo en general y del brasileño en particular. En cuanto a los autores, se ve el paso del testigo de la vieja ciencia política brasileña, ensayista y nacionalista, a una nueva, comprometida con una reflexión rigurosa basada en criterios profesionales y también con los valores democráticos.

Palabras clave: Historia de la Ciencia Política en Brasil; pensamiento político brasileño; régimen militar; antiguo IUPERJ; Revista DADOS